



café com sustentabilidade FEBRABAN

EDIÇÃO 41 | JULHO DE 2015



NOVA ABORDAGEM PARA Identificação, Mensuração e Gerenciamento de Riscos Ambientais

FEBRABAN

Apresentação



FEBRABAN

Caros Leitores

A 41ª edição do *Café com Sustentabilidade*, realizada no dia 7 de julho de 2015, em São Paulo, reafirmou o papel ativo desempenhado pela FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – no sentido de fomentar a evolução do setor a partir da consolidação de políticas socioambientais. A partir do tema “Nova abordagem para identificação, mensuração e gerenciamento de riscos ambientais”, o evento trouxe importantes contribuições a esse debate.

Além da consistente abordagem, construída por meio da visão dos especialistas presentes na mesa-redonda, o *41º Café com Sustentabilidade* apresentou os resultados do estudo “Exposição do Setor Financeiro Brasileiro aos Riscos de Capital Natural”. O documento constitui uma referência para que o setor compreenda melhor os potenciais impactos atrelados ao uso intensivo de capital natural e a conciliação da atividade econômica com a preservação dos recursos ambientais.

Boa leitura!

CRÉDITOS

Redação

Agência Fato Relevante |
Boutique de Comunicação

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico

DX8 Publicidade

Fotos

Rafael Resende

Informações

respsocial@febraban.org.br



Índice

Introdução	6
Marina Grossi	8
Daniel Taras	10
Richard Mattison	12
Painel Capital Natural em Mercado de Capitais	17
Tatiana Grecco	18
Márcia Micheli	21
Alexsandro Holanda	25
Painel Capital Natural em Bancos e Empresas	28
Luiz Fernando Amaral	30
Ana Maria Nusdeo	33
Marco Antonio Fujihara	36
Painel Novas Abordagens e Ferramentas	39
Simone Dettling	40
Paul Chandler	44
Marina Grossi	48
Linda Murasawa	50

Boas Vindas da FEBRABAN

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CEBDS, é uma associação civil sem fins lucrativos que, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil, promove ações socioambientais nas empresas e divulga conceitos e práticas atuais sobre o tema. Fundada em 1997 como parte da rede global do *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, a organização é formada por grandes grupos empresariais atentos às mudanças e oportunidades que a sustentabilidade vem trazendo, principalmente após a Rio 92. Hoje o CEBDS reúne mais de 70 grandes grupos empresariais, que respondem por cerca de 40% do PIB e mais de 1 milhão de empregos diretos.

Os números do CEBDS revelam a importância de a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – recebê-los em sua 41ª edição do *Café com Sustentabilidade* no dia 7 de julho, em São Paulo. Com o tema “Nova Abordagem para Identificação, Mensuração e Gerenciamento de Riscos Ambientais”, o encontro discutiu as possibilidades de conciliar a atividade econômica com a preservação dos recursos ambientais nas operações financeiras. Cerca de cem pessoas lotaram o auditório na sede da FEBRABAN para assistir ao evento gratuito realizado em parceria com o próprio CEBDS, a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* – comissionada pelo Ministério Alemão para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e a TruCost.

“Essas três organizações possuem respeitabilidade frente ao sistema financeiro brasileiro, que reconhece suas contribuições para que os bancos



possam seguir avançando em suas políticas socioambientais” avaliou Mário Sérgio Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN. “Sem a contribuição dos grupos empresariais brasileiros, seria bastante difícil implantar os programas de RSA (Responsabilidade Socioambiental)”, acrescentou o diretor anunciando a apresentação do estudo “Exposição do Setor Financeiro Brasileiro aos Riscos de Capital Natural”. O documento foi desenvolvido pela Trucost em cooperação com o CEBDS, a GIZ e instituições financeiras brasileiras.

“Graças ao estudo, hoje o setor conhecerá melhor os impactos atrelados à preservação ou não do capital natural em determinados setores econômicos”, explicou Mário Sérgio. “Cada vez mais, a FEBRABAN tem buscado entender como funcionam as questões de responsabilidade socioambiental (RSA). Nossa agenda de discussões é bem extensa

nesse aspecto, com debates no âmbito da Organização das Nações Unidas. Contudo, quanto maior o acesso a dados novos, maior a conscientização das instituições financeiras sobre o retorno de medidas socioambientais.”

Após as boas vindas de Mário Sérgio Vasconcelos, o evento contou com as participações de Marina Grossi (CEBDS); Daniel Taras (GIZ); Richard Mattison (Trucost); Tatiana Grecco (Itaú Asset Management); Márcia Micheli (Real Grandeza); Alessandro Holanda (AMATA S.A); Sonia Favaretto (BM&FBOVESPA); Luiz Amaral (Rabobank); Ana Maria Nusdeo (USP); Marco Antonio Fujihara (Key Associados); Denise Hills (Itaú-Unibanco); Simone Dettling (GIZ); Paul Chandler (PRI); Gustavo Pimentel (SITAWI – Finanças do Bem); Linda Murasawa (FEBRABAN). Todos contribuíram com uma reflexão crítica e qualificada, buscando a convergência de objetivos no setor financeiro.

“O setor conhecerá melhor os impactos econômicos atrelados à preservação ou não do capital natural em suas operações.”

Marina Grossi

Presidente do CEBDS

A presidente do CEBDS, Marina Grossi, iniciou o evento destacando a importância da aproximação das empresas e do sistema financeiro para juntos aprofundarem as discussões sobre as ações de RSA dos dois lados. “Percebemos que a FEBRABAN vem avançando muito nesse tema e isso muito nos alegra, pois sabemos que o setor tem um peso grande nas decisões sobre financiamento e investimento das empresas no País”, disse.

Para ela, o CEBDS faz a ponte entre esses dois segmentos (empresas e

setor financeiro), abrindo espaço para o amadurecimento desse debate. “Trabalhamos com assuntos ligados à RSA, e o estudo a ser divulgado hoje pela Trucost, financiado pela GIZ, permite-nos mensurar os riscos e estabelecer a relação de causalidade entre a *performance do banco X* a *performance socioambiental da empresa*”, acrescentou a presidente do CEBDS. Marina usou o termo “contabilidade ambiental” para enfatizar o desafio das instituições financeiras em prever riscos em suas operações. “Precisamos ter uma nova visão sobre os impactos de um crescimento econômico se o mesmo não estiver conectado a um desenvolvimento sustentável.” Ao desejar a todos um bom evento, Marina anunciou que o órgão iniciará, até o final de 2015, um novo estudo sobre as oportunidades atreladas a esse tema, desta vez focado na questão da água, também em parceria com a GIZ. 🌱

“Precisamos ter uma nova visão sobre os impactos de um crescimento econômico se o mesmo não estiver conectado a um desenvolvimento sustentável.”



“Queremos promover o intercâmbio e a cooperação entre as economias emergentes e as economias desenvolvidas.”

Daniel Taras

Diretor do Emerging Markets Sustainability Dialogues, GIZ

A GIZ é comissionada pelo Ministério Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico com grande atuação em sustentabilidade. Entre outros trabalhos, a GIZ ajuda as empresas a identificar melhores formas de implantar medidas de RSA adequando-as a cada segmento de negócio. Patrocinadores do estudo da Trucost *Exposição do Setor Financeiro Brasileiro aos Riscos de Capital Natural*, a GIZ participou do *41º Café com Sustentabilidade* levando a mensagem de que os grandes grupos empresariais e financeiros devem, cada vez mais, tomar decisões apoiando objetivos de melhor formação de seus recursos humanos e de preservação do meio ambiente.

Para Daniel Taras, diretor do *Emerging Markets Sustainability Dialogues* da GIZ, as práticas de RSA corporativa não são um fim em si mesmo. Elas são uma ferramenta estratégica para proteger atividades e a reputação de uma empresa. Afinal, as

cadeias de abastecimento globais das empresas estão cada vez mais conscientes, e os clientes e investidores cada vez mais informados sobre as condições de trabalho nos locais de produção ou o seu impacto sobre o meio ambiente. Ele reforçou que a experiência mostra o quanto uma empresa se beneficia quando tem processos mais eficientes para seguir.

“Esse debate não teria uma hora e local melhor para acontecer, considerando a crise hídrica do Estado de São Paulo”, disse. Taras mencionou ainda o *Emerging Markets Dialogue Programme* (EMD), um fórum econômico para países emergentes, que visa o crescimento com qualidade, atuando em países como o BRICs, a Turquia, Vietnã e Indonésia. “Promover o intercâmbio e a cooperação entre as economias emergentes e as economias desenvolvidas pode contribuir diretamente para resolver alguns dos desafios econômicos mais urgentes do mundo.”



Richard Mattison

CEO da Trucost

O relatório "Exposição a Riscos Relacionados ao Capital Natural do Setor Financeiro no Brasil" apresentado durante o 41º *Café com Sustentabilidade* revelou que acionistas e bancos financiadores no Brasil se encontram, atualmente, expostos a riscos por conta de impactos ambientais já causados pelas atividades desenvolvidas pelas companhias presentes em seus portfólios. O custo do capital natural total de empresas financiadas por bancos e fundos de pensão brasileiros é de 1,646 bilhão de reais! "Isso ocorre porque os setores para quem os bancos e fundos de pensão direcionam seus recursos são fortemente dependentes do uso desse tipo de matéria prima em suas linhas de produção", afirma Richard Mattison, CEO da Trucost, autora do estudo.

"Nós usamos o mar como depósito de lixo sem pagar nada. Usamos ar puro de graça.

A água potável é comercializada como se fosse um bem ilimitado. Esse cenário precisa ser levado em conta quando bancos e investidores vão aportar seus recursos. Afinal, estamos destruindo várias fontes de capital natural simultaneamente, e, cedo ou mais tarde, essa conta vai chegar", alerta o CEO da Trucost.

Por esse motivo, a abordagem do estudo foi construir um modelo para quantificar os custos de capital natural de 45 áreas de negócios no Brasil que intensivamente usam o capital natural e são relevantes para o setor financeiro em termos de sua presença no portfólio de carteiras de ações e de empréstimos. Encontram-se nessa situação, principalmente, os segmentos de produção primária (agricultura, mineração, silvicultura, petróleo e gás) e de processamento

"O risco para os investidores e credores existe exatamente porque esse tipo de ativo natural não está precificado."



primário (petroquímica, fabricação de cimento, fábricas de celulose e plantas de ferro e aço).

Para cada setor, os custos de capital natural foram associados aos seis principais impactos ambientais: gases de efeito estufa (GEE), conversão do uso do solo, consumo de água, os resíduos (lixo), poluição da água e poluição do ar. Para uma seleção de 10 importantes setores de atividade, o estudo também calculou os diferentes

impactos nas cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As regiões têm diferentes ecossistemas, de modo que a mesma atividade pode ter diferentes impactos. "O modelo foi então preenchido com informações de produção para que os custos de capital natural de setores e regiões no Brasil pudessem ser computados", explica a Trucost.

Por fim, para ilustrar a exposição dos bancos e fundos de pensões para essas despesas de

SECTOR NAME	NATURAL CAPITAL COST (R\$bn)						
	GHG EMISSIONS	AIR POLLUTANTS	WASTE	LAND USE CHANGE	WATER USE	WATER POLLUTANTS	TOTAL
BEEF CATTLE RANCHING	459,316	27,147	7,740	2,014,527	59,858	60,617	2,629,205
SOYBEAN FARMING	22,738	11,104	3,369	144,944	7,843	42,488	232,486
CRUDE PETROLEUM AND NATURAL GAS EXTRACTION	33,923	2,109	22,612	87,023	1,266	370	147,303
SUGARCANE FARMING	11,962	4,866	2,977	45,264	21,489	29,053	115,612
LOGGING	10,502	2,505	4,276	42,358	1,065	7,637	68,344
COTTON FARMING	2,510	19,284	906	9,777	4,520	1,181	38,178
IRON ORE MINING	6,290	5,176	5,995	11,379	501	500	29,841
HIDROELITRIC POWER GENERATION	4,415	2,360	11,212	4,245	6,740	330	29,302
CEMENT MANUFACTURING	16,160	1,083	1,444	197	253	42	19,178
PRIMARY SMELTING AND REFINING OF NONFERROUS METAL	719	208	871	114	77	14	2,003

capital natural, investimentos e empréstimos dessas instituições financeiras foram mapeados aos 45 setores selecionados. Além disso, foram utilizados dois bancos brasileiros com respectivos estudos de caso. A definição de custo de capital natural representa o preço para a sociedade do uso e impacto, por uma empresa, de um capital natural *unpriced* (o ar atmosférico, por exemplo). São custos que, frequentemente, não são pagos pelas companhias, mas eventuais danos aos mesmos são compartilhados por outros setores da economia, como a sociedade civil. Em um modelo de negócios "tradicional", essa despesa com o meio ambiente seria paga pelas empresas. "O risco para os investidores e credores existe exatamente porque esse tipo de ativo natural não está precificado atualmente nem tampouco encontra empresas dispostas a pagar pelo seu uso", diz Richard Mattison.

Em resumo, as conclusões sobre os riscos de capital natural nos quais as instituições financeiras brasileiras estão expostas são: a) os bancos brasileiros estão duas vezes mais expostos a custos de capital natural em comparação aos fundos de pensão; b) os riscos sobre empréstimos e investimentos às empresas brasileiras pelo uso do capital natural obedecem a proporções diferentes

dependendo da região geográfica do País; c) os setores com os mais elevados custos de capital natural no Brasil são a pecuária, o cultivo de soja, e a extração de petróleo bruto / gás natural.

Para dar um exemplo de como as empresas adotam esse comportamento, o CEO da Trucost falou do custo da água. "Ela é comercializada de um modo diferente que o mercado de milho, quando a escassez do cereal faz seu preço disparar. O lugar mais barato do mundo para se comprar água hoje é o deserto de Jeddah, na África. E o lugar mais caro é na Dinamarca, que, como todos sabem, tem água em abundância. Isso mostra uma correlação negativa entre o preço da água e sua escassez. Trata-se de uma falha de mercado, o que é inadequado para as economias e instituições financeiras, pois representa o fracasso da equação demanda e oferta. Por mais que isso possa seja corrigido com o passar dos tempos, o valor do capital natural não se ajusta tão rapidamente quanto o de uma commodity negociada em bolsa de valores."

"Sim, existe uma oportunidade de negócio", enfatiza o CEO da Trucost. "Nem todos os setores são poluentes, portanto, há como buscar investimentos onde o

impacto ambiental é menor. Imaginem o quanto haveria de prejuízo num setor que tivesse seu arcabouço regulatório modificado? Pois saibam que os segmentos que mais consomem capital natural atualmente estão mais expostos a riscos legais.”

“Nesse ano, estamos indo a Paris assinar vários compromissos ambientais e, em muitos deles, o Brasil pode se tornar signatário. Existe um movimento de otimização em relação aos acordos, o que deve trazer muitas parcerias

entre países no papel de fornecedores e, conseqüentemente, conseqüências locais para a economia. Além disso, os investidores e acionistas precisam se conscientizar do custo de reputação para uma empresa envolvida num dano ambiental. Está na hora de os financiadores da economia medirem, realmente, o impacto das atividades econômicas do seu portfólio. O valor dos ativos do sistema financeiro está acima do benchmark avaliado para negócios com alto consumo de capital natural”.



Painel Capital Natural em Mercado de Capitais

“Temos de estar conscientes do tempo que as empresas levarão para calcular e internalizar esses gastos com o capital natural. Isso ainda não é claro em muitos setores e, por essa razão, esse número pode ganhar uma dimensão errada em seus balanços. Diante disso, como moderadora, deixo a seguinte questão a vocês: Como cada instituição financeira tenta tornar mais previsíveis esses riscos, tão imprevisíveis, na hora de alocar seus recursos.”

*Moderadora – Sonia Favaretto
(diretora de Sustentabilidade e de Comunicação da BM&FBOVESPA)*





Tatiana Grecco

Superintendente de Fundos da Itaú Asset Management

“Na hora que analisamos as empresas em si, estimamos esses impactos para as companhias.”

Tatiana Grecco, da IAM – Itaú Asset Management – iniciou sua participação enfatizando que a linha de pensamento da Trucost vem sendo adotada pela instituição. “Existe uma evolução na trajetória da Itaú Asset Management mostrando como os grandes investidores vêm tratando a questão dos investimentos responsáveis dentro de seus portfólios. Se olharmos para as décadas de 60 e 70, eles começaram focar os fatores socioambientais pelo lado dos riscos, fazendo listas negativas. Exemplo: ‘– Não invisto em empresas que podem ter trabalho escravo!’; ‘Não invisto nas grandes poluidoras!’. Mas a partir da década de 80 e 90, a abordagem mudou. Os investidores passaram a olhar as empresas que têm boas práticas com seus empregados, boas práticas com os recursos naturais, surgindo a lista das melhores empresas para se trabalhar. Na década de 90 e 2000, surgiu a lista positiva para as melhores dos setores. Vemos que a lógica voltada para o produto começou a ser substituída, a partir de 2006, por uma visão que não define o que é ‘melhor ou o pior’, mas sim fazendo uma análise profunda do setor para conhecer quais são os impactos de cada ativo e os riscos hoje e no futuro. Isso foi incorporado às nossas avaliações.”

Tatiana conta que, “em 2010, foi feito um debate bem extensivo na Itaú Asset, olhando as tendências globais e como a

instituição iria incorporar isso às avaliações de fluxo de caixa”. Viram que só o fato de terem as listas não era suficiente. “Desde então, aprimoramos nossa metodologia, o que originou em alguns White Papers sobre o tema a partir de 2013. Já fizemos isso para o campo de *equity* e, agora, estamos avançando também em renda fixa”, explica. Nesse método, o IAM levanta dados profundos dos setores e, para isso, eles precisam engajar muitos analistas de *equity* e de crédito privado.

“Queremos entender os setores e quais são os *value drivers* desses específicos segmentos de negócios, quais são os impactos na performance da companhia e o que afetaria seus resultados. Depois, a gente parte para uma quantificação disso, olhando para o que os analistas estudam comumente: o fluxo de caixa, despesas, custos de capital. Tentamos quantificar isso dentro das análises para que a gente possa incorporar todos esses efeitos dos fatores ESG dentro do fluxo de caixa.”

Nesse contexto, o IAM observa oito fatores, sendo quatro deles ligados à questão ambiental (emissão de poluentes, de água etc.), e outras quatro relacionadas às questões dos *stakeholders* (por exemplo: o trabalho dos colaboradores, qual o impacto na comunidade e demais pontos da cadeia produtiva).



Tatiana trouxe um exemplo sobre o setor de construção para explicar a metodologia da IAM. No estudo desse setor específico, observaram que um dos principais riscos dessa cadeia era a questão do tratamento de seus empregados. Eles estudaram esse impacto ao longo de 2012 e 2013, apoiando-se em materiais publicados pela mídia, além dos próprios balanços das companhias, relatórios de RI e os próprios relatórios de sustentabilidade. “Quando a empresa publica em Nova York, a gente também vai buscar os relatórios publicados por lá para incorporar na análise”, acrescenta. “Por isso, na hora que analisamos as empresas em si, estimamos esses impactos para as companhias.”

Trouxe também outro exemplo da área de telecomunicações, acompanhada pela instituição desde 2010. Nesse setor, perceberam uma deficiência na questão da qualidade do serviço, o que poderia diferenciar o balanço das companhias do setor. “E foi o que aconteceu. Em 2012 e 2013, a Anatel publicou regras mínimas de qualidade do serviço, inclusive colocando sanções e suspensões de venda de novos planos para as empresas que não tinham aderência a esses padrões. E era algo que a gente já tinha mapeado em nosso estudo e olhado os riscos do ponto de vista legal e de mercado.”

Márcia Micheli

Analista de Investimentos da Real Grandeza

“Aproximadamente 13 mil participantes, entre ativos e aposentados, têm seus recursos sob gestão da instituição no plano de previdência.”



Márcia Micheli, analista de investimentos da Real Grandeza, também mostrou ao público presente no 41º Café com Sustentabilidade a experiência do fundo de pensão na adoção de critérios de sustentabilidade no processo de seleção e análise de investimentos. “Somos um fundo de pensão que hoje está ranqueado na Abrapp em 9º lugar, com patrimônio de aproximadamente R\$ 13 bilhões. Temos como patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas, Eletronuclear e a própria Real Grandeza. Aproximadamente 13 mil participantes, entre ativos e aposentados, têm seus recursos sob gestão da instituição no plano de previdência. Contamos, basicamente, com quatro planos sob gestão: o plano de benefício definido (BD), o de contribuição definida

(CD), o PGA, que é um programa de gestão administrativa, e o FA, que é um fundo assistencial”, explica Márcia.

O plano BD, que é o maior dos planos, conta com R\$ 12 bilhões de patrimônio, com 97% de Gestão Interna e apenas 3% da Gestão Terceirizada (ativos de Renda Variável – RV). Basicamente é composto por 71,1% em ativos de renda fixa, 20,1% em ativos de renda variável, 4,8% em imóveis, 2,3% empréstimos a participantes, e 1,8% em investimentos estruturados.

Já o CD é um plano mais novo, que conta com R\$ 636 milhões de patrimônio, com 98% de seus ativos sob Gestão Interna e 2% de Gestão Terceirizada (renda variável).

Basicamente, sua composição tem um grande montante em renda fixa (69,2%), em renda variável (21,1%), empréstimos a participantes (8%) e investimentos estruturados (1,6%).

“Em 2011 e 2012, quando pensamos na elaboração de critérios para incorporar na análise dos nossos investimentos as avaliações socioambientais, definimos que queríamos uma metodologia objetiva para checar o nível de comprometimento dos ativos em análise com as questões de sustentabilidade. Adotamos então os seguintes passos: primeiramente partimos para a definição de informações relevantes e consideração de vedações; depois

elaboramos Questionários Socioambientais e de Governança Corporativa segmentados por classes de ativos (renda fixa, renda variável e estruturados); e posteriormente definimos como seria a atribuição de pontuação para avaliar o grau de comprometimento do ativo em relação à sustentabilidade”, explica a analista.

“O Manual possui as seguintes vedações: a) as de caráter setorial: armas, bebidas alcoólicas, fumo, jogos e pornografia; b) vedação à prática de trabalho infantil e/ou escravo; c) vedação através da avaliação do risco de imagem; d) restrição, verificada por observação à Lei nº 12.846/2013, a chamada Lei Anticorrupção.”



Para se determinar a nota objetiva final, também foi usada uma pontuação de 0 a 3, em que a nota 3 (três) representa um alto comprometimento do ativo em análise com a sustentabilidade e nota 0 (zero) significativa divergência dos padrões estabelecidos pela FRG - Fundação Real Grandeza.

- A etapa de atribuição de pontuação objetivou determinar o Grau de Comprometimento do ativo em relação à Sustentabilidade na gestão de seus negócios;
- Atribuições de notas de 0 (zero) a 3 (três) aos itens pertencentes a cada questão chave dos questionários RSA e de Governança Corporativa;
- Cálculo da Média Aritmética para se chegar à nota objetiva final.

O questionário da Real Grandeza possui, de forma geral, cinco grandes grupos para serem analisados. “Por exemplo, o questionário que avalia ativos de renda variável, especificamente focados em empresas que possuem suas atividades

voltadas à cadeia produtiva, aborda desde a análise de fornecedores, passando pelas questões sociais, ambientais e clientes, avaliando-se, adicionalmente, os programas e indicadores dos quais elas participam, se fazem parte do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, do IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, entre outros”, acrescenta Márcia.

A nota final obtida a partir do questionário irá determinar se o ativo em análise deverá ou não ser excluído do processo. Não se dá continuidade à análise de ativos que tenham obtido nota final igual ou inferior a 1. A utilização do Manual de Sustentabilidade é parte integrante do processo de seleção e análise dos investimentos da Real Grandeza.

Márcia Micheli mencionou que, desde a elaboração do Manual de Critérios de Responsabilidade Socioambiental em 2012, tem verificado uma preocupação crescente das empresas na incorporação do tema sustentabilidade na gestão de seus negócios. Adicionalmente, tem verificado também que ao longo desses anos os analistas já se conscientizam da importância da avaliação destas questões no processo de seleção e análise de investimentos. 🌱

Alexsandro Holanda

CFO da Amata S.A.

O modelo de negócios da AMATA é o exemplo de como a conscientização a respeito de práticas sustentáveis pode gerar oportunidades para vários setores, entre eles o financeiro. Alexsandro Holanda, CFO da companhia, falou dos serviços da empresa, que faz a ponte entre a floresta e o mercado consumidor ao disponibilizar madeira certificada, produzida com responsabilidade socioambiental e garantia de origem. A madeira AMATA vem de florestas plantadas – de espécies nativas, eucalipto e pinus – e também do manejo de baixo impacto. Para a empresa, trabalhar com os diversos tipos de floresta – contínuo florestal – é um ativo. Dessa forma, oferece ao mercado madeira sólida, serrada e para processo.

Alexsandro Holanda destacou que o manejo de florestas pode ajudar a responder várias questões colocadas pela Trucost. A empresa realiza, por exemplo, um trabalho de recuperação de áreas degradadas na Floresta Amazônica em parceria com a Svenska Cellulosa Aktiebolaget (SCA), uma das maiores empresas florestais de papel e celulose da Europa. Projetos como

esses vieram do contexto da discussão global sobre a necessidade de abertura de novas fronteiras, da necessidade de cultivo agrícola, da pressão pelo desmatamento e, por outro lado, a pressão pela conservação das florestas.

Ele lembra que o Brasil tem hoje 54% do território coberto por florestas e, desse total, 98% são florestas nativas. “Temos de fazer um bom uso dessas florestas. Temos de fazer bons negócios com essas florestas, para que elas sejam sustentáveis!”

Alexsandro Holanda explica que 57% do retorno de um ativo florestal plantado vem do crescimento biológico – ou seja, do investimento que se faz, mais da metade do retorno se dá pela própria absorção da natureza, pelo processo natural. Outra parte, de 25%, vem naturalmente do preço, que é um componente que está no risco de mercado e do preço de terra. “Infelizmente nem todas as áreas permitem que você tenha investimento florestal dado o custo inicial da terra. Como é um negócio de baixo risco, esse setor tem retornos menores que os de outros setores

agrícolas e, conseqüentemente, há um perfil de investidores como os fundos de pensão (56%), fundações e *endowments* (19%), *family offices* (7%) e outros investidores (18%) que tem tido acesso a esse mercado”, explica.

Também lembrou que as taxas de produtividade das florestas no Brasil são as maiores do mundo, o que torna mais atrativo o modelo de negócios sustentáveis da AMATA. Nesse contexto, a empresa enxerga as florestas como um todo. Ou seja, tanto realiza atividades comerciais com florestas nativas como com de florestas plantadas. “Para se ter uma ideia, no equivalente a um campo de futebol, por hectare, a gente retira no máximo duas ou três árvores. A gente só retira a mãe deixando ali duas filhas e quatro netas. Criamos um ciclo sustentável onde você pode explorar a floresta, de maneira a preservá-la em pé. Porque o meu maior objetivo é manter aquela floresta viva. Afinal, quando eu voltar lá em 25 anos, vou ter material para poder explorar comercialmente. Com isso, você gera um ciclo, gera empregos na região, sem que aquela floresta seja pressionada para vir abaixo.”

A AMATA também opera com as florestas plantadas. Então, após a aquisição de áreas de pasto, é possível reflorestar essa área – tanto com florestas nativas, em que a gente utiliza espécies do bioma amazônico em algumas áreas, mas principalmente com pinus e eucalipto. No modelo de negócios da AMATA, o foco de mercado é a madeira sólida – não é fazer madeira apenas para a indústria de celulose, de MDF - *Medium*

Density Fiberboard, para fazer fibras ou para energia. “A ideia é ter florestas com diâmetros maiores com toras para serrar e ela ser uma alternativa à pressão para o desmatamento da Amazônia no futuro. Porém, são raros investidores no Brasil que conseguem ter fôlego para colocar recursos num investimento e esperar 14 ou 20 anos para começar a ter retorno dessa floresta. Essa é uma das grandes dificuldades do nosso modelo de negócio que precisa de carências longas. Daí nossa razão de precisar da conscientização do setor financeiro para o investimento sustentável em capital natural.”

Alexsandro citou ainda o fato de que as florestas, além da madeira e dos produtos biológicos da flora, são também responsáveis por diversos serviços ambientais, como a regulação climática, a redução das concentrações de carbono na atmosfera, a conservação das reservas de água, a manutenção da biodiversidade e, inclusive, as belas paisagens para o turismo. “Em cada operação, a AMATA vai além do respeito às normas ambientais. Sua forma de atuar está pautada na sustentabilidade, na busca pela certificação concedida por instituições independentes e na obtenção da licença social para operar. Afinal, é preciso gerar valor e compartilhá-lo com todos os envolvidos: clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores e moradores das comunidades do entorno das áreas de manejo.”

“O risco de escassez está presente. Como vamos conciliar essas duas pressões – a da preservação, a do uso racional e sustentável do nosso capital natural versus a necessidade de alimentação e outras atividades com as terras?”

CFO da Amata S.A

Painel Capital Natural em Bancos e Empresas

“Creio que todos aqui compartilham da mesma ansiedade de como resolver os problemas socioambientais do mundo em 48 horas. Ao mesmo tempo, temos visões diferentes dos desafios de incorporar questões relativas ao capital natural no dia-a-dia dos bancos que pressupõem, basicamente, a análise de crédito. Vimos como a metodologia e a discussão de um *framework* vem avançando. Mas há desafios de como essa questão pode direcionar o diálogo entre banco e empresa. Como criar oportunidades e precificar o risco de capital? Qual a melhor metodologia, como adaptar produtos para uma nova realidade? Vimos, nos painéis anteriores, que existe um investimento de 25 anos

para um cliente que troca o seu gestor de fundo de pensão se ele não cumprir as expectativas esperadas em apenas três meses. Não são coisas simples, seja para financeiros, seja para economistas ou administradores.”

*Moderadora – Denise Hills
(superintendente de Sustentabilidade do banco ITAÚ-UNIBANCO)*



Luiz Fernando Amaral

Gerente de Responsabilidade Socioambiental do Rabobank

“A ideia é pegar uma agenda negativa e transformá-la sempre que possível numa agenda positiva”

A experiência do Rabobank foi narrada pelo gerente de responsabilidade socioambiental da instituição, Luiz Fernando Amaral, que focou a situação do portfólio e dos investimentos em *equity* para operações de prateleira de crédito. O Rabobank é um banco de origem holandesa que tem como foco ser o líder global em agricultura e em alimentos. Na Holanda ele é um banco de varejo, mas fora, a instituição foca exclusivamente em agricultura e cadeias alimentares. “Isso está no DNA do Rabobank, que, antes de ser banco, nasceu da junção de várias cooperativas de crédito agrícola. Essa lógica permeia toda a filosofia do banco – o nosso foco em tratar de alimentos e estar junto dos produtores agrícolas e das indústrias desse setor”, explica Luiz Amaral.

A estratégia global do Rabobank está fundamentada por quatro pilares:

- Aumentar a Disponibilidade de Alimentos
- Melhorar o Acesso a Alimentação
- Estimular a Nutrição Balanceada
- Melhorar a Estabilidade

“Não queremos apenas ser fornecedores de serviços financeiros, mas também oferecer network e conhecimento aos clientes na área agrícola. Quando a gente vai discutir como tratamos capital natural nas operações financeiras, voltamos um passo para pensar do que estamos falando, quais produtos e que tipos de investimentos precisam ser considerados nesse assunto.”

Cada produto no Rabobank tem uma estratégia diferente. Existem modelos para mapear o portfólio e analisar o crédito, a nossa especialidade no Brasil. A cessão de empréstimos acontece por meio da unidade de negócios *Rural and Retail* – empréstimos para pessoas físicas (produtores rurais) e o atacado (empresas ligadas ao agronegócio). O processo está implementado desde 2006, com avaliação dos riscos e oportunidades *in-loco*.

“Essa avaliação é uma das bases da nossa gestão socioambiental do portfólio. Ela dá uma nota final que pode ser A,B,C ou D – e é com essa nota que a gente faz a avaliação da concessão do crédito. A e B são os que queremos ter – são o foco do banco. Os clientes C são aqueles que aceitamos, mas que necessariamente têm de fazer um plano de ação para se tornar pelo menos um cliente B e cumprir a nossa política. Já os clientes com perfil D são aqueles que por uma razão ou outra não estão em

compliance com a política do banco.”

A avaliação tem, portanto, não só um aspecto de capital natural, mas também um aspecto de capital social e de capital de gestão (com a visão da gestão da propriedade do cliente como um todo). “Estamos fazendo uma parceria com a Emaflora e a Esalq para avaliar a nossa grande base de dados, verificando se, de fato, o pessoal que teve a melhor nota socioambiental pelos pesquisadores acabou tendo também uma melhor nota do outro lado, de crédito pelo Rabobank”, disse.

Luiz Fernando Amaral trouxe alguns exemplos para ilustrar questões usadas no questionário da instituição, tais como a proteção das áreas de APP e a observação de multas ambientais. “Há uma questão de *business* muito séria, pois se tivermos de executar uma garantia que não tem reserva legal nem licença, por exemplo, obviamente, o valor dessa garantia será mais baixo do que aquele estimado pelos analistas de crédito”, complementa. Para concluir, Luiz Fernando Amaral apresentou um *snapshot*

do processo usado pelo Rabobank em clientes do segmento *corporate*:

- Uma “foto” indicativa (proxy) da performance da empresa
- Define um score final para risco e liderança
- Benchmarking, comparações e discussões sobre riscos e oportunidades
- Ferramenta de gestão

“A ideia é pegar uma agenda negativa e transformá-la sempre que possível numa agenda positiva, já que o risco é uma evolução normal de todo *business* quando começa. Quanto mais cedo solucionarmos eventuais problemas da agenda socioambiental, mais rápido chegaremos a pontos sofisticados e interessantes do negócio. É a premissa clássica de ‘fazer do limão uma limonada’, levando conhecimento e networking para os clientes.”

Ana Maria Nusdeo

Professora de Direito Ambiental da USP

O que pensa a academia sobre o uso do capital natural? Ana Maria Nusdeo, professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), trouxe para o debate questões a respeito do tratamento jurídico sobre a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

“Quando a gente fala de responsabilidade por dano ambiental, precisamos questionar o que são exatamente esses danos. Em primeiro lugar, a ‘responsabilidade civil’ é diferente da ‘responsabilidade social’. Existe essa dimensão voluntária das empresas para que interfiram na sociedade de uma forma positiva, por exemplo. Voltando aos danos, entendemos que é uma responsabilidade no direito

ligada à reparação ou indenização por danos causados a outra pessoa – a responsabilidade por dano ambiental decorre da necessidade de indenização por esse dano ao meio ambiente”, define a professora.

A pesquisadora enfatizou que o Brasil já dispõe de um contexto legislativo e regulatório para proteção ao meio

ambiente bastante amplo e robusto. Citou a Lei 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e introduziu no sistema jurídico o conceito de poluidor regulando a responsabilidade deste, de reparar o dano causado ao meio ambiente. A lei define o poluidor como sendo a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. O poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) criado pela Lei 6.938/81 definiu os setores econômicos com potencial para causar danos socioambientais e estabeleceu requerimentos para aprovação de iniciativas e de financiamentos para projetos nestes setores.

O Banco Central do Brasil, por sua vez, editou diversas resoluções como, por exemplo, as de números 3245/08 e 3876/10 que disciplinam o crédito rural na Amazônia Legal e proíbem empréstimos a produtores que estejam na lista do trabalho escravo, respectivamente. Também existem várias iniciativas e compromissos voluntários que contam com a participação do setor financeiro. Os Princípios do Equador, o lançamento do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, e os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) são bons exemplos de iniciativas voluntárias.

Em abril de 2014 foi editada a Resolução

4327 que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras. A política, baseada nos princípios da relevância e da proporcionalidade, estabelece padrões básicos para o setor, fortalece a gestão de riscos socioambientais, estimula a qualidade na concessão do crédito e define a integração da Política de Responsabilidade Socioambiental na estrutura de governança das instituições e em seus respectivos planejamentos estratégicos. A FEBRABAN, por sua vez, editou uma norma de autorregulação (SARB 14/14) que estabeleceu procedimentos operacionais para demonstrarem o comprometimento e a diligência das instituições financeiras em avaliar os impactos ambientais de suas operações e de suas atividades.

A pesquisadora chamou a atenção para o fato de que existem posições extremadas quando se discute a responsabilidade do financiador. Estas vão desde a responsabilidade integral e solidária até aquela que menciona a necessidade de relação com o dano e com o descumprimento de uma norma.

Ana Maria Nusdeo concluiu sua apresentação dizendo que existe certa insegurança jurídica causada pela diversidade de interpretações quanto à responsabilização das instituições financeiras. Ao mesmo tempo enfatizou as exigências legais de exame do cumprimento da lei nas operações de empréstimos. 

“Existe essa dimensão voluntária das empresas para que procurem interferir na sociedade de uma forma positiva”

Professora de Direito Ambiental da USP





Marco Antonio Fujihara

Diretor da KEY Associados

Marco Antonio Fujihara é diretor da KEY Associados. Para o 41º Café com Sustentabilidade, trouxe a visão de gestor de private equity a respeito do capital natural & investimentos.

“Começamos a prestar mais atenção a essa história quando participamos do processo licitatório junto ao BNDES em que nossa tese de investimentos precisava, necessariamente, contemplar a questão da sustentabilidade. Eles nos perguntavam como a gente equacionaria os possíveis *screenings* de sustentabilidade. A princípio, imaginamos que aquele tradicional *check-list* seria satisfatório para resolver essa gestão. Mas, no meio do caminho, o processo demonstrou que o *check-list* ajuda a desvendar apenas parte do problema. Ora, não adianta termos uma lista de

possíveis danos se não mensurarmos quais serão as consequências”, explica Marco Fujihara.

O primeiro aspecto que merece a análise de sustentabilidade foi a definição para o *valuation* nas empresas que fariam parte do portfólio dos fundos. “Começamos a entender que o capital natural podia ser equacionado de modo diferente, principalmente, no “*pré-money valuation*”, naquele dinheiro *up front* que os fundos fazem antes de aportar o capital definitivo. Se tínhamos ativos para descontar em áreas de reserva legal,



“Começamos a entender que o capital natural podia ser equacionado de modo diferente”

Marco Antonio Fujihara

tínhamos também que avaliar os passivos do outro lado. Demos o primeiro passo quando equacionamos que, dentro do *valuation*, poderíamos considerar como ativo o potencial de geração de capital natural dentro do negócio.”

“Então surgiu outra questão: como definir o preço justo para um ativo biológico? Conseguir fazer isso é o mesmo que dizer que eu consigo plantar alface em Marte”, brinca o gestor da Key Associados. A discussão era necessária devido ao perfil de empresas com recursos aportados pelo fundo. Como aprendizagem, o gestor define três pontos:

1 É mais fácil incorporar capital natural às suas regras de concessão a crédito do que em investimentos em *equity*, pois esse último requer exercícios metodológicos mais sofisticados do que simplesmente um check-list.

2 Existe uma dificuldade também para avaliar o capital natural na emissão de determinados títulos, como, por exemplo, as debêntures sem garantia real. Nem a CVM soube responder como podemos considerar o ativo biológico como garantia se o mesmo não for uma “área agricultável”, ou se essa área existir sem um certificado de APP.

3 Temos de considerar os indicadores de sustentabilidade ou de capital natural no “*pré-money valuation*” não no *valuation* em si. Se acontecer apenas no *valuation*, a gente tem dificuldade de incorporar isso a outras coisas. No *agreement* realizado com o empreendedor, essas questões precisam estar muito claras. 🌱



Painel Novas Abordagens e Ferramentas

Quanto mais ferramentas para avaliação do RSA, melhor vai ser para o nosso mercado. Cada ator escolhe a abordagem que faça mais sentido dentro do seu processo de investimento, crédito, seguro ou qualquer que seja seu negócio. Pergunto ao CEBDS, qual a perspectiva para que essas discussões permeiem não só as empresas privadas, mas também órgãos do governo, como os reguladores e as entidades autorreguladoras? Como fazer para engajar outros atores?

Moderador – Gustavo Pimentel – Diretor da SITAWI/Finanças do Bem.



Simone Dettling

Coordenadora da GIZ

A coordenadora da GIZ, Simone Dettling, comentou que o alto nível de conhecimento dos participantes do *Café com Sustentabilidade* reflete um dos motivos de o Brasil estar sendo considerado, mundo afora, como um provável *benchmark* na vanguarda da discussão sobre Responsabilidade Socioambiental. “Tenho muitas expectativas sobre os países que pertencem a mercados emergentes. É um prazer vermos que os integrantes do G20, por exemplo, estão na vanguarda de temas socioambientais”, afirmou.

Simone contribuiu com dois projetos em sua apresentação no workshop. O primeiro foi uma ferramenta para integrar o risco da água no *corporate bond valuation*. Esse projeto foi feito com sete instituições financeiras da Europa, Estados Unidos e América Latina interessadas em ter uma ferramenta que as permitissem integrar o

risco de água na sua valoração de títulos corporativos. O primeiro passo foi calcular a escassez X demanda por água atual; o segundo passo foi combinar isso com dados da empresa e sua relação quanto à localização e ao uso de água em cada uma das operações produtivas; por fim, modelaram os custos a partir do impacto do aumento do uso da água sobre as finanças da empresa.

“Vocês devem se lembrar da apresentação da Trucost de que os preços da água, atualmente, têm uma relação inversa: quanto mais escassa, mais barata ela acaba se tornando. É o caso por exemplo do preço da água em Mumbai (Índia) quando pagamos US\$ 0,22 por um ativo que valeria US\$ 14, se considerados os fatores escassez de água e quantidade de habitantes (demanda) no local.” Vejam outros exemplos no quadro a seguir:

PREÇO X VALOR DA ÁGUA				
CIDADE	VANCOUVER	SÃO PAULO	MEXICO-CITY	COPENHAGEN
Preço pago em 2012	\$ 2.22/m ³	\$ 1.28/m ³	\$ 0.95/m ³	\$ 7.38/m ³
Valor da água	\$ 2.01	\$ 5.33	\$ 8.66	\$ 3.99

“Queremos criar um índice de exposição à escassez de água para uma empresa e modelar o custo econômico do negócio e seus efeitos macroeconômicos”



Para o valor da água, a GIZ calculou o custo de oportunidade de cada metro cúbico com base no estresse hídrico daquela região. “Quando olhamos custo de oportunidade estamos olhando para quatro áreas. Na parte de agricultura, saúde humana, ambiente e fornecimento doméstico (uso diário)”, diz.

A coordenadora da GIZ parte da premissa de que esse “gap” entre o preço pago e o *valuation* do ativo água potável é um indicador de risco.

“Essa lacuna vai ter de ser fechada em algum momento. Ou os preços da água vão ter de subir ou as empresas terão de enfrentar a escassez. Existe um caso na Índia onde a maior fabricante de refrigerantes do mundo precisou fechar sua fábrica, pois os moradores da comunidade local alegaram que a companhia estava usando a água de sua região, onde o bem é escasso.”

O uso da ferramenta é exemplificado com as mineradoras em vários países.

E isso revelou que empresas que estão localizadas em áreas críticas (de escassez), logo, que gastam muita água por mês, precisam ter o custo de crédito maior. A pergunta não é apenas como essas empresas iriam se comportar numa situação de escassez, mas também o que aconteceria com sua carteira de empréstimos nesse ambiente extremo? Essas perguntas começarão a ser respondidas no projeto de teste de estresse ambiental que a GIZ vai iniciar

em outubro de 2015, avaliando com cinco instituições financeiras, simulando quatro secas nos mercados G20, e o impacto do resultado com a indisponibilidade de água. “Queremos criar um índice de exposição à escassez de água para uma empresa e modelar o custo econômico do negócio e seus efeitos macroeconômicos, adequando o resultar disso para as taxas de empréstimo. Esperamos concluir isso até dezembro de 2016”, adianta Simone Dettling. 





Paul Chandler

Manager Investor Engagements on Environmental Issues do PRI



“As pessoas devem se envolver com as empresas pedindo transparência desses riscos ambientais e de capital natural.”

O engajamento colaborativo foi o foco do painelista Paul Chandler, Manager of Investor Engagements on Environmental Issues do PRI. Sua apresentação teve início com a mostra de um slide do World Economic Forum (Fórum Econômico Mundial) com o mapeamento de riscos globais, onde pontos de cores distintas destacados no gráfico representavam riscos econômicos, ambientais, geopolíticos, sociais e tecnológicos na economia global. Na imagem é possível observar que a grande maioria dos riscos mais prováveis está relacionada aos riscos socioambientais. “A crise de água que ocorre no Estado de São Paulo era um fator de risco que ninguém considerava quando o assunto era o Brasil. Era possível falar de inflação, risco regulatório e até outros. Mas ninguém incluía na análise financeira esse cenário

de crise hídrica. As instituições financeiras podem e já fazem a integração desses riscos nos seus processos de investimento”, diz Paul Chandler.

O PRI – Principles for Responsible Investments, ou Princípios para o Investimento Responsável – é uma iniciativa, apoiada pelas Nações Unidas, que trabalha desde 2006 em conjunto com sua rede internacional de signatários, formada por investidores institucionais, para colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável, que têm como objetivo compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança. Há hoje mais de 1.380 signatários do PRI no mundo, acumulando um total de US\$ 59 trilhões em ativos sob gestão.

Uma das ferramentas que o PRI recomenda para a inclusão do capital social na mensuração de riscos é o ativismo dos investidores. “As pessoas devem se envolver com as empresas pedindo transparência desses riscos

ambientais e de capital natural. Por que é importante engajar?” Paul Chandler mencionou estudos acadêmicos para mostrar que empresas com investidores mais comprometidos, logo, com maior grau de governança corporativa, tiveram desempenho econômico melhor que o outro grupo.

Por que colaborar? Para o representante do PRI, há três modos para seus signatários se engajarem com as empresas para encorajar a consideração dos capitais natural e social em seus negócios. O primeiro deles é de forma direta, contatando a empresa como

investidor; o segundo é a partir de provedores de serviço de engajamento; e o terceiro por meio de uma coalização de investidores, facilitando o acesso e diálogo com as empresas. O próprio PRI realiza esforços para aumentar os engajamentos colaborativos, por meio – por exemplo – da realização de estudos e de sua plataforma colaborativa (Clearinghouse), e para exemplificar essa plataforma ele citou um engajamento que está acontecendo com foco em recursos hídricos na cadeia de fornecimento agrícola. Esse engajamento conta com a participação de 40 investidores signatários, que possuem aproximadamente US\$ 5,5 bilhões sobre

gestão. “Há oportunidades para se dar um passo além”, conclui.

Paul Chandler encerra com algumas questões:

- Se você é um investidor de equity (renda variável), mas ainda não está engajado com as empresas investidas, eu pergunto: por que ainda não?
- Se você percebe que seu portfólio tem gerado resultados abaixo do que o de outras gestoras, eu pergunto: o que vai fazer para mudar essa performance?
- E para ambos os casos: quando você vai mudar sua postura? 🌱



Marina Grossi

Presidente do CEBDS

“Os ODS não servirão apenas para o cumprimento de metas pelo governo, mas por toda a sociedade.”



A presidente do CEBDS, Marina Grossi, em sua participação no último painel do evento “Novas Abordagens e Ferramentas”, agradeceu a oportunidade de a FEBRABAN realizar um debate sobre este tema. “As instituições financeiras buscam cada vez mais incorporar esse tema em seu dia-a-dia. Mas chamo atenção para o fato de que, por mais rápido que esse processo esteja acontecendo, até agora ele não é suficiente. O setor financeiro está sendo cobrado por sua atitude, pelo portfólio que escolhe, por sua atitude perante a sociedade, nos fóruns internacionais e no seu papel de regulamentação junto ao governo.”

“Conversamos nesse encontro sobre novos prazos. Mas como vamos falar de sustentabilidade se falarmos apenas em curto prazo? As empresas sofrem a mesma pressão. São discussões importantes que estão acontecendo e diversos atores estão colaborando”, argumenta Marina Grossi. A presidente do CEBDS lembra que, em setembro, vai acontecer a entrega dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

pela ONU e, no final do ano, haverá a COP 21 do Clima. “Sobre os ODS, estamos fazendo um trabalho junto ao World Business (WBCSD), do qual o Brasil faz parte, junto com o GRI, para traduzir os ODS para a realidade das empresas, construindo indicadores. Os ODS estão sucedendo os Objetivos do Milênio (ODM), logo, fazem parte de uma cobrança da sociedade para que a gente tenha indicadores e mensurações que possamos incorporar.”

“Os ODS não servirão apenas para o cumprimento de metas pelo governo, mas por toda a sociedade.”

Um dos aspectos de destaque do trabalho do CEBDS é o fato de a organização ser parte da rede do *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* e estar aprimorando os mecanismos não só da mensuração de risco ambiental, como também levantando considerações importantes sobre capital social em seus protocolos. “Algumas empresas já buscam não somente minimizar seus impactos negativos, mas também criar um impacto positivo com suas ações. Isso também é uma evolução e que muda totalmente a mentalidade e a forma de se fazer negócios. Quando você imagina que o seu impacto tem que ser positivo, você está vendo muito mais a dependência que você tem da sociedade e reconhecendo uma oportunidade nisso. As crises muitas vezes ajudam.”

Linda Murasawa

Diretora da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN

Em nome da FEBRABAN, a diretora da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Federação Brasileira de Bancos, Linda Murasawa, agradeceu ao CEBDS e a todos os speakers participantes. "A mim cabe fazer um pequeno *wrap up* de toda essa manhã do dia 7 de julho, bastante intensa para o debate sobre o capital natural no Brasil. Se olharmos pela ótica do setor financeiro, sairemos daqui com a reflexão: estamos falando em sustentabilidade no setor financeiro, e o que a gente também precisa pensar é no conceito da interdependência das várias ações que estão acontecendo na economia e na sociedade como um todo. Nas questões de capital natural – e nas questões sociais – não mais conseguimos trabalhar com esses eventos isoladamente. Esse é um ponto que a gente começa a capturar a partir de tudo isso que foi apresentado", explica Linda Murasawa.

"Uma coisa é a valoração e a outra é a

precificação. Como os nossos modelos econômicos vão começar a pensar em transformar o nosso velho *evaluate risk* em *sustainable evaluate risk*? O nosso *feature value* em *sustainable feature value*? E assim por diante. Na hora em que a gente começa a transformar esses modelos econômicos financeiros tradicionais, integrando-os a tudo que vimos hoje, teremos realmente uma economia verde, de baixo carbono e demais nomenclaturas. Mas o objetivo maior é que teremos um futuro realmente sustentável."

Como setor financeiro, temos que repensar muito qual direcionamento de capital queremos dar. Nós, que trabalhamos sempre com metas, temos um marco de chegar à meta climática. Não temos mais que ficar discutindo, a redução precisa chegar nos 2 graus; a meta já foi dada. Então, como o setor financeiro consegue contribuir para que essa meta climática seja atingida?"

"Precisamos internalizar essas práticas e fazer com que isso realmente funcione."

"Não adianta só o Brasil ser signatário se não cumprimos nosso papel de fato. Existe uma questão de perda de competitividade. Precisamos internalizar essas práticas e fazer com que isso realmente funcione, de forma que os nossos investidores nacionais e internacionais também consigam entender tudo isso que estamos tentando colocar no nosso dia-a-dia. Estamos assistindo a um estresse do planeta no sentido de que vão se esgotando certos recursos naturais. Sabemos de vários minérios que estão se esgotando. A

escassez de água está se tornando um fato em alguns lugares do mundo e de uma forma bastante drástica em São Paulo. Sobre esses fatos, precisamos pensar de uma forma mais holística em uma economia sustentável e uma sociedade mais sustentável. Qual é a nossa responsabilidade? Não adianta dizer que vamos deixar um legado para alguém fazer daqui a 30 anos. Talvez daqui a 30 anos não exista mais o que fazer. Precisamos trabalhar nesses aspectos e o alerta já foi dado", conclui Linda Murasawa. 🌱

